

**THE GRENDAL COLLEGE AND UNIVERSITY
PROGRAMA DE MESTRADO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS
EDUCAÇÃO**

ELDER DOS SANTOS RAMIRES

Orientador: Prof. Dra. Allyne Evellyn F. Gomes

ESCOLA PARA TODOS – UM DESAFIO DO SÉCULO XXI

RESUMO: O presente artigo é o sexto e último de uma sequência de seis artigos que fazem uma análise da política pública de educação especial no Brasil, foi feito uma análise cronológica da educação especial que iniciou no século XX, no momento em que o tema ganha visibilidade, após “Declaração de Salamanca” e seus desdobramentos no cenário mundial.

As mudanças teóricas, no campo da educação, foram extensas, principalmente, no âmbito da educação de crianças portadoras de necessidades especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem. Houve mudanças conceituais, a deficiência passou a ser chamada de necessidades especiais, a responsabilidade de aprendizagem desses alunos passou para a escola regular e para o professor. Ocorreu, também, o detalhamento dos conceitos de necessidades educativas especiais e de integração, um novo modelo teórico se desenvolveu e foi baseado nos direitos de todos os alunos.

Foi dada uma ênfase especial à questão da adaptação, pois nas escolas inclusivas é a instituição que deve se adaptar à diversidade dos alunos, como expressão de um novo tempo, uma nova realidade, o surgimento de um novo paradigma. Por isso, há a necessidade de uma grande e profunda reforma das escolas, para que a educação tenha qualidade e seja para todos, sem exclusão.

ABSTRACT: This article is the sixth and last of a sequence of six articles that make an analysis of the public policy of special education in Brazil, a chronological analysis was made of the special education that began in the twentieth century, when the theme gains visibility, after the "Declaration of Salamanca" and its developments on the world stage. The theoretical changes, in the field of education, were extended, mainly, in the scope of the education of children with special needs and students with learning difficulties. There were

conceptual changes, the deficiency came to be called special needs, the learning responsibility of these students went to the regular school and to the teacher. There was also a breakdown of the concepts of special educational needs and integration, a new theoretical model developed and was based on the rights of all students. Particular emphasis was placed on the issue of adaptation, because in inclusive schools it is the institution that must adapt to the diversity of students, as an expression of a new time, a new reality, the emergence of a new paradigm. Therefore, there is a need for a great and profound reform of schools, so that education has quality and is for all, without exclusion.

Key words: Public policy, Special education, Educational service.

INTRODUÇÃO:

Estamos no período de transição para o novo paradigma e as mudanças dependem da postura do professor diante das diferenças que estão aí para serem enfrentadas. Ele precisa se conscientizar da sua importância e da força social do seu papel para esta sociedade que se forma inclusiva e mais humana. Ele precisa dar significação aos conteúdos curriculares e colaborar para a leitura crítica do mundo, pois só assim melhorará as dimensões culturais, políticas e práticas de nossas escolas.

Com acolhimento e compromisso, boas práticas que devem ser difundidas e multiplicadas. Escolas inclusivas, que promovem integração, aprendizagem e participação de qualquer aluno.

Em se falando de cidadania, é importante que todos os profissionais envolvidos integrem as reuniões de trabalho, representantes do ensino regular e da educação especial. Não pode ocorrer a fragmentação do sistema dicotomizado em opostos: especial – regular.

DINAMICA DOS TRABALHOS DURANTE O PROCESSO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO ÀS REDES EDUCACIONAIS. COM QUEM TRABALHAR? COM QUE ESTRATÉGIAS?

O plano de trabalho de assessoramento deve envolver palestras para os professores; visitas às escolas, observações dos trabalhos que estão sendo

realizados nas salas de aula; reuniões com a equipe de educação especial e do ensino regular nas secretarias da educação; estudos teóricos sobre práticas; discussão sobre casos e análise das leis brasileiras que tratam de inclusão.

CARVALHO diz que dedicava 2 dias/mês para visitar municípios longínquos e 1 dia para as cidades próximas, segundo a disponibilidade de cada secretaria da educação.

Em algumas cidades, os primeiros encontros de assessoramento contavam com a presença de um ou dois representantes da educação regular e da educação especial que visitavam as turmas das classes onde havia alunos com deficiência, matriculados e que estavam frequentando as aulas.

Quando chegaram à secretaria da educação, em conjunto com a equipe de educação especial analisaram, criticamente, as observações feitas durante as visitas, que frequentemente, eram observações tradicionalistas da prática pedagógica em sala de aula.

Quadro negro, giz, lousas cheias de conteúdos, alunos enfileirados, conteúdos sem significado algum para os alunos e os que apresentam deficiência, segregados, e em lugares próximos à mesa da professora.

Todos concordaram que a presença das professoras do Ensino Regular era indispensável. Quanto às observações e análises que aconteciam pós visitas. A preocupação era encontrar meios de melhorar a qualidade das respostas educativas dentro do contexto da realidade. As professoras do Ensino Regular continuavam a resistir, pensavam que as orientações que eram passadas durante os encontros e reuniões eram voltadas apenas para o trabalho com deficientes “incluídos”.

Nos encontros eram analisados textos, de autores brasileiros e internacionais, sobre a filosofia da proposta de Educação Inclusiva. Também eram examinados dados estatísticos da realidade educacional no Brasil para identificar os excluídos, uma vez que o país é muito extenso e com realidades sociais muito diferentes e essa identificação e localização é um desafio a ser vencido dia-após-dia, porém foi possível aqui alcançar o objetivo e mudar a concepção das educadoras que trabalham na secretaria da educação em relação aos alunos (sujeito) da inclusão e à extensão da proposta, afinal todos

são cidadãos e têm direito a frequentar uma escola da rede regular de ensino para concluir e tornar efetiva a construção de cidadania.

Saviani (1980) diz que... a realidade não é, sim ou não. Ela é sim e não! E a segmentação interna que existe nas secretarias da educação leva os educadores a se sentirem em posições funcional e profissionalmente na escola regular ou na escola especial e essa é uma linha de pensamento muito perigosa, pois é justamente o órgão gestor que deve implantar e iniciar a inclusão, começando por incluir as equipes responsáveis pela educação, juntando os grupos e os transformando numa grande equipe de educadores, tendo como foco à aprendizagem, o desenvolvimento dos alunos, a neurociência, a prática pedagógica a ser utilizada em sala de aula, fundamentos axiológicos da educação e outros.

Para que uma escola seja agradável e tenha sucesso com qualquer aluno, não depende de série, ciclo escolar, condições financeiras, da etnia, religião, gênero ou características orgânicas. A formação da cidadania é maior do que todos estes detalhes.

Conseguir trabalhar com toda a equipe é uma grande conquista que nos permite avançar, quebrar resistências, principalmente, dos professores.

Rosita E. Carvalho relata que no Rio de Janeiro, nas atividades desenvolvidas no Projeto: desenvolvendo Políticas e Práticas Inclusivas Sustentáveis eram realizadas reuniões mensais com todos os professores e gestão pedagógica, onde eram discutidos casos e temas propostos pelo grupo.

Essa forma metodológica é mais efetiva, pois os encontros são permanentes, nos permite trabalhar Teoria e Aspectos Atitudinais sobre a diversidade em questão. Seria bom se esses encontros pudessem ser semanalmente, a fim de analisar a proposta pedagógica e pensarmos a escola que temos e a escola que desejamos ter. Também, é realizada uma reunião central para estudo de campo e estudar textos teóricos e documentos legais.

Os processos de mudanças no Sistema Educativo de Ensino são lentos e depende de vontade política daqueles que detêm o poder e autoridade e esse fato dificulta muito o trabalho das equipes da secretaria.

Palestras sobre inclusão são sempre bem-vindas e muito concorridas entre os professores que participam ativamente, questionando sobre suas dúvidas. São encontros esclarecedores, embora insuficientes, pois não trazem modelos prontos para lidar com a diferença e nem promover a ressignificação do professor. Estes continuam tendo seu trabalho desvalorizado, más condições de trabalho e baixos salários. É um profissional de Ensino-aprendizagem e cada vez mais, com responsabilidade social e política.

Existe uma confusão na cabeça dos professores sobre o conceito de inclusão, de integração e de expressões como “necessidades educacionais especiais” grifo da autora, isso fica claro com os questionamentos durante as palestras e deve se esclarecer para evitar a criação e aumento do imaginário coletivo.

Faz-se necessário esclarecer que o “conceito de escola inclusiva está ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa, de modo que haja lugar para todas as diferenças individuais, inclusive para aquelas associadas a alguma deficiência.” BLANCO, 1998.

ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

Durante este estudo sobre Inclusão procurei ler muitos autores que tratam sobre o tema, de maneira responsável e expressando uma preocupação especial com o momento de transformação, ou seja, com o novo Paradigma da Inclusão.

Conhecer as Leis e as políticas públicas que fazem referência a Inclusão é essencial para os estudiosos e também para todos os envolvidos no processo de transformação, incluindo portadores de necessidades especiais, familiares, profissionais da saúde e da educação especial, professores e gestores da rede regular de ensino.

Fiz reescritas e tirei conclusões baseadas e inspiradas em escritores que se dedicam a causa, teóricos, filósofos, sociólogos e Leis em âmbito nacional e internacional. Achei interessante conhecer algumas ações políticas de outros países, pois embora vivam em outra realidade política e social, podem nos servir

de exemplos. Pude conversar com alguns alunos portadores de necessidades especiais e com alguns professores da rede regular de ensino, inclusive de classes especiais.

Todos, que são compromissados, dizem que com um trabalho competente, com técnicas pedagógicas, relativamente simples, mas com muita dedicação e com ênfase no amor e aceitação o desenvolvimento do aluno pode surpreender muito. Quanto às salas de apoio, que funcionam no período contrário as aulas, as professoras reclamam que, mesmo o estado fornecendo meios de transportes, os alunos faltam demais, se prejudicando no autodesenvolvimento. Coloquei todas as informações adquiridas no papel, e somente no final das pesquisas organizei as ideias. É muito difícil finalizar, cada vez que faço uma revisão, tenho a impressão de que há muito mais assuntos a tratar dentro do tema Inclusão, mas deixarei para outro estudo, que envolva outra abordagem, se não Políticas Públicas para a Educação Inclusiva.

CONCLUSÃO DE TODOS O TRABALHO DESENVOLVIDO AO LONGO DESTES SEIS ARTIGOS E A SOLUÇÃO PROPOSTA.

Ao longo das últimas décadas houve inúmeras transformações e mudanças de orientação da educação especial. A atenção, agora, não é somente voltada especificamente para o aluno com deficiência. A visão é mais ampla, propõe-se uma reforma da educação especial e que está se torne possível à integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, e de todos os outros, que estão atrasados, com problemas de aprendizagem ou fora das escolas, uma vez que a educação é um direito de todos.

Para a educação especial mudar, o sistema educacional, também, precisa de uma profunda mudança, para que possamos oferecer uma educação satisfatória aos alunos com necessidades educativas especiais temos que considerar a diversidade cultural, social e pessoal – que ocorre em todas as escolas.

O significado da escola inclusiva vai além da educação especial. O ideal seria conseguir por meio das transformações, construir escolas modelo, para todos os alunos. Elas seriam abertas à diversidade, à comunidade educativa e à sociedade.

Estamos cientes de que as escolas inclusivas não surgem do dia para noite, elas dependem de muito empenho por parte dos gestores, atitudes humanitárias e ações firmes de parte da sociedade. As administrações dos sistemas educacionais são responsáveis por criar as melhores condições para o funcionamento das escolas inclusivas, pois educar na diversidade é um critério qualitativo. São os professores, que ao aceitar o desafio com prazer, transformam suas práticas pedagógicas para atender à diversidade dos alunos, com valores sociais na prática educativa. Nos preocupamos com o desenvolvimento dos alunos, com demandas educativas específicas e com as mudanças que devem acontecer nas escolas para favorecer a educação.

Abordamos o significado das escolas inclusivas e as dificuldades que enfrentam aqueles que tentam fazê-la funcionar e nos referimos, inclusive, aos alunos com necessidades educativas especiais, que não têm deficiência.

Sabemos que os problemas são muitos e que sua origem deve estar longe do contexto do sistema educacional. Às vezes a origem se localiza nos contextos sociais, culturais ou familiares. Esse estudo serviu para aumentar a convicção sobre a influência da interação social no desenvolvimento e na aprendizagem. Falamos sobre alguns elementos centrais na educação dos alunos com necessidades educativas especiais, como a mudança no currículo, a colaboração dos pais e avaliação.

“Um professor é a personificada consciência do aluno; confirma-o nas suas dúvidas, explica-lhes o motivo de sua insatisfação e lhe estimula a vontade de melhorar”

Thomas Mann

Temos a plena convicção de que todos, ditos “normais” ou não, têm direitos à Educação. Os especiais ou deficientes, entre outros termos usados

para designar aquele que é diferente, ou seja, não se enquadram no que chamamos de “normalidade” exige uma escola diferenciada e adaptada, que tenham oportunidade de se desenvolver e conviver, de acordo com suas potencialidades. A diferença se impõe e precisamos defender a tese de que a escola é para todos. Os portadores de necessidades especiais podem e devem ser tratados com respeito, igualdade e carinho pela sociedade, pois fazem parte dela e devem estar inseridos, nem que seja por força da Lei.

Portanto, temos que repensar as concepções de escola homogeneizadora, suas práticas de ensino, suas avaliações e tempos de progressão. Não podemos esquecer que a escola foi criada para todos e precisamos estar habilitados e aptos a trabalhar com objetivos para atender a todos, principalmente, aqueles que têm necessidades especiais. Pois, com todas as dúvidas e desafios, a Inclusão é um caminho sem volta e a escola deve acolher a todos, como mostram os autores estudados.

Os professores, assim como os alunos, reclamam a falta de novas ideias, estratégias de ensino nas escolas, nas faculdades e nas universidades. Os estudiosos, Mestres e Doutores sabem apontar as falhas na teoria, mas na prática, não ajudam a resolver os problemas.

As escolas utilizam conteúdos, muitas vezes, de forma ultrapassada e obsoleta, dando prioridade à memorização e não ao aprendizado concreto. Há muitas críticas aos métodos utilizados pelos professores, que deveriam ensinar estimulando o protagonismo do aluno, quanto à construção do saber criativo e de forma motivadora, para que alcancem, com esforço e planejamento, a realização de seus sonhos e seus projetos de vida.

Porém, para que os alunos possam construir saberes, é necessário, primeiramente, que as aulas sejam bem planejadas, com estratégias diferenciadas, rodas de conversa, formação de grupos produtivos, carinho e firmeza no trato com os alunos, exercendo dessa forma a Pedagogia da Presença e conquistando a confiança dos alunos.

Em contrapartida, os professores reclamam que seus alunos agem com apatia, são submissos, agentes passivos e sem interesse diante dos conteúdos

apresentados e ensinados, se preocupando apenas com as notas e com a aprovação.

Segundo os psicólogos, todas as pessoas têm talentos específicos e competências que devem ser estimuladas e desenvolvidas nas escolas, através da criatividade, que é um recurso humano natural muito útil.

ALENCAR diz que há a necessidade de preparar o aluno para resolver os problemas que surgem e ser bem-sucedido num cenário de mudanças, que é o mundo moderno.

Atualmente, é indispensável desenvolver habilidades como pensar, cultivar traços de personalidade, autoconfiança e persistência. As mentes dos alunos têm potencial e poder de imaginação, basta se conscientizarem e exercitarem. As condições sociais, também, têm fortes influências sobre as crianças e sua capacidade de criar.

Arieti (1976) e Schwatz (1992), pensam que a criatividade não ocorre por acaso e que os fatores ambientais têm uma grande participação nesse fato. ARIETI (1996), diz que algumas culturas promovem, com maior frequência, a criatividade do que outras e destaca possíveis condições como meios culturais e físicos, acesso a equipamentos, revistas, madeiras, tinta, instrumentos musicais, material para esporte.

Eunice M. L. Soriano de Alencar e Mônica Souza Neves Pereira escreveram o artigo: O Profissional Criativo: Lições para o professor e fizeram uma pesquisa para chegar à questão dos fatores que contribuem para a expressão do potencial criador. Investigaram e entrevistaram 30 (trinta) professores universitários que se destacam em âmbito nacional e internacional pela alta produção criativa em áreas específicas: linguística, psicologia, sociologia, química e ciências da informação.

Por meio da pesquisa foi possível identificar fatores que contribuem, facilitam e promovem a criatividade, assim como outros fatores que bloqueiam este potencial para criar. Perceberam traços de personalidades mais frequentes, que contribuem com o potencial criador.

Concluíram que, considerar quando se deseja promover o potencial criador é interesse do professor e de outros profissionais que estudam esse tema. Então, destacaram alguns fatores:

É importante que o profissional, com destaque especial para o professor, tenha uma preparação sólida, com dedicação constante ao estudo e contínua reciclagem profissional. O acesso a informações produzidas na área deve ser ininterrupto, para possibilitar a aquisição de bibliografia atualizada e recente; contato com profissionais da mesma área, sendo no ambiente de trabalho ou não, pois a troca de experiências e opiniões é muito importante.

Sempre que possível devem participar de palestras, congressos e seminários, que muito tem a colaborar com a atuação do “professor”. Outro item importante, é um ambiente de trabalho saudável, com trabalho em parceria, confiança entre os pares e reconhecimento de contribuição e valor de cada um.

Os pesquisadores apontam fatores inibidores, como: falta de apoio técnico; recursos materiais insuficientes; falta de pessoal de apoio; recursos humanos ineficientes; poucos recursos para pesquisas; baixos salários; verbas limitadas; recursos bibliográficos desatualizados; dificuldade em adquirir publicações recentes; professores com excesso de trabalho, pouca disponibilidade de tempo para estudos e pesquisas; carga horária elevada, tarefas que não condizem com sua formação; pouco estímulo ao aprimoramento do profissional. Enfim, qualquer profissional tem que se manter motivado, entusiasta e ter iniciativa. Dedicar-se com intensidade ao seu trabalho, não como uma obrigação, mas como algo que faz parte de sua vida, de seus sonhos, sem diferenciar vida pessoal do seu trabalho. Eles, também, recomendam que os jovens se dediquem ao seu projeto de vida, pois é importante gostar do que faz e se dedicar intensamente. Ter uma boa formação e persistir, sempre.

Eles falam muito sobre a possibilidade de acesso à bibliografia atualizada, sobre o bom ambiente de trabalho, estímulo e o quanto é importante o reconhecimento social quando se trata de aprendizado e de trabalho, seja ele qual for. Afinal, entusiasmo, abertura a novas ideias, confiança e satisfação no trabalho são extremamente importantes. Esses aspectos são essenciais na formação intrapsíquica, na visão cognitiva ou relacionada à personalidade e

motivação. Na ordem social e cultural, a influência vem do ambiente de trabalho, do incentivo, disponibilidade de recursos e da cultura da paz.

Despertar a capacidade de criar e usá-la, não é tarefa fácil. O professor, além de se preocupar com a sua própria capacidade de criar, tem que pensar numa forma de propiciar aos alunos o aprendizado, tem que valorizar e reconhecer as novas ideias e produção dos alunos. Após processar a criação há que realizar a troca de informação, pois vivemos num século em que a sociedade é regida pela informação. Dessa forma, temos que receber a informação, criar para registrar o domínio do conhecimento e trocar informações, uma vez que através da informática e dos sistemas de telecomunicações, estamos vivendo num mundo em transformação, com outro conceito a respeito da sociedade, num mundo que funciona como uma aldeia “países sem fronteiras”.

A democratização da informação ou do conhecimento é fato, a cultura telemática chegou para ficar e se modernizar, a todo momento. Com a cultura telemática aumenta as conotações de Instituição de Ensino. Passamos a oferecer “escola virtual”; “sala de aula virtual” e “centros educativos virtuais”, “vídeo aulas”, “vídeo conferências” e “tutoriais” de toda espécie. As possibilidades são inúmeras, inclusive para o indivíduo portador de necessidades especiais, que tem dificuldades de locomoção e muitas vezes, não tem possibilidade de estar fisicamente nas escolas ou lugares de formação.

Os avanços tecnológicos colaboram, imensamente, no âmbito motor, físico sensorial e mental face a pessoas com limitações, inclusive, no aspecto sócio afetivo, pois permite a elas que se relacionem, socialmente, pelas redes sociais, intercâmbio de informações, diálogos, trocas, discussões sobre temas de interesse, produção de materiais cooperativos.

Com uma visão, totalmente, voltada para o desenvolvimento da competência linguística na comunicação escrita. Assim, conseguimos romper barreiras, evitar o isolamento dos que, por motivos arquitetônicos, físicos e sociais são impedidos de ir e vir, interrompem seus estudos por falta de escolas adaptadas e torná-los integrados e produtivos dentro da sociedade.

Hoje, as leis garantem aos portadores de necessidades especiais o direito de ir e vir, porém muitas cidades ainda se rastejam quanto ao cumprimento

dessas leis, as escolas não estão adaptadas ainda, assim como outros ambientes sociais. Falta vontade política e sobram preconceitos, que dificultam as relações interativas.

Estimular a criatividade envolve não apenas estimular o indivíduo a realizar as tarefas, mas também ofertar um ambiente social agradável em que as pessoas que nele convivem o circundem e valorizem a sua produção, dando o apoio necessário.

A aprendizagem costuma se dar pela integração com o outro, com a convivência e aceitação. A turma precisa abraçar a “diferença”, para que o aluno portador de deficiência tenha a sensação e a certeza do pertencimento.

O contexto social e escolar em que está inserido torna-se uma referência em sua vida e as pessoas com quem convive, também. Sendo assim, torna-se mais fácil o desenvolvimento de suas capacidades emocional, cognitiva, motora e social.

Por outro lado, o professor que, é parte desse grupo, deve tirar o foco do seu olhar da deficiência e pensar nas possibilidades, em eliminar barreiras dificultadoras, que possam inibir esse convívio e a experiência. Temos, primeiramente, as capacidades, as possibilidades e os sonhos de cada aluno, ou seja, o seu projeto de vida. O ambiente deve ser calmo, estimulante e sem preconceitos. O aluno deve se sentir livre para falar, escrever, ler, desenhar e como é um ser coletivo, a integração pode e deve acontecer.

Mas qual o perfil dessa escola, que integra que acolhe um aluno portador de deficiência e como será o professor dessa classe, desses alunos que aprendem juntos, convivendo numa cultura de paz e respeito entre os pares?

A escola tem que ser de qualidade, tem que trabalhar dentro dos princípios básicos do construtivismo sociointeracionista, que respeita as diferenças, a individualidade e as características de cada um, sem preconceito e sem autoritarismo. Nessa escola a aprendizagem é vista como um processo e construção contínua de cada aluno na interação com o outro.

Quanto ao professor, só resta aceitar o desafio, se atualizar, ler muito. Ele terá que fazer e refazer situações de aprendizagem, sobre a mesma habilidade

várias vezes, até que seus alunos se apropriem dos conhecimentos adquiridos. As crianças ditas “normais”, que têm dificuldades de aprendizagem, muitas vezes, ficam na metade do caminho, sem concluir ao menos os ciclos básicos de Ensino.

Não se sabe o motivo, talvez, por falta de atenção dos pais ou dos professores, que se detém nos problemas teóricos e burocráticos do dia a dia e esquecem de prestar atenção naquilo que seu filho/aluno tem de subjetivo, mas de extrema importância, embora invisíveis ao olhar desatento ao que não é visível.

Hoje, muitas crianças com necessidades especiais estão integradas na rede pública de ensino, a inclusão acontece, mas ainda há muito o que fazer e corrigir nesse contexto. Os professores buscam cursos de formação, e tentam se atualizar à medida do possível, superam as dificuldades todos os dias, mantêm parcerias, travam diálogos, procuram por informações, reconhecendo e valorizando todo e qualquer conteúdo que os alunos consigam desenvolver, respeitando os limites de cada ser humano.

As avaliações internas são elaboradas de acordo com o nível de entendimento e limite de cada aluno deficiente ou não, porém, as avaliações externas são iguais para todos, prejudicando assim, o resultado real do Índice de Desenvolvimento Educacional de cada Estado e o nível de proficiência da escola.

Antônio Carlos Gomes da Costa escreveu no livro *Pedagogia da Presença (Da solidão ao encontro)*, que a Pedagogia da Presença, já citada anteriormente, implica em educação e presença. Entre educadores e educandos há de haver protagonismo de ambos os lados. Ele diz que o Professor tem que aprender a lidar com o aluno e conquistar a confiança dele, independentemente, se este é ou não, portador de necessidades especiais, afinal, a Inclusão é para todos.

O Educador que trabalha com esses alunos, tem que suprir falhas da família, do Estado e da sociedade e deve conseguir obter um bom resultado de sua ação, para conscientizar este aluno sobre a importância da resolução do problema ou até mesmo, da mudança de postura.

O professor deve aprender com os erros, elogiar em público, chamar a atenção em particular, aceitar o outro como ele é; valorizar o que ele pode e consegue produzir e respeitar os limites de cada aluno. Deve usar, sempre, o bom senso, a criatividade e a atenção no trabalho. Quanto ao aluno, este deve, primeiramente, se conhecer e se amar, para aprender a ser, conviver, fazer e conhecer, proporcionando a paz social no ambiente escolar e fora dele. Cabe ao professor estar presente sempre que o aluno se encontrar em luto interior.

Se ninguém estiver junto a ele neste momento, cada vez, ele vai afundar mais. Porém, a base dessa aproximação é a confiança que o aluno deposita no professor. Este, por sua vez, precisa aprender a fazer-se presente. O fazer-se presente, não é só estar do lado, tem que ter uma visão aberta, mostrar-se sensível e compromissado com a situação diversificada ou de luto do aluno. Deve se aproximar, mantendo um distanciamento para não se envolver além do limite, deve passar a sensação de confiança, para que o aluno se sinta seguro.

A proximidade tem que proporcionar uma relação de qualidade, entre educador e educando, a fim de identificar os problemas. Pelo distanciamento, o Educador não deve colocar sua visão crítica, buscando entender e ter atitudes educativas capazes de resolver os problemas e as dificuldades.

O professor tem que socorrer nas dificuldades e atuar com uma presença construtiva. Nas escolas inclusivas, os alunos devem caminhar para a emancipação. Fazer uma abordagem compreensiva, orientada para valorização e fortalecimento de pontos positivos, ajudará os alunos a superar as dificuldades e vencer barreiras. A aquisição permite aos alunos, recobrem a confiança em si e descobrirem que são capazes de lutar e progredir, seguindo em frente e o principal, livre de amarras.

A Pedagogia da Presença implica em educação e presença. Entre educadores e educandos há de haver protagonismo de ambos os lados. Temos que aprender a lidar com a criança/o jovem a conquistar a confiança deles, independente se este é ou não portador de necessidades especiais, afinal, a inclusão é para todos.

O que fortalece a Inclusão e a Integração dos alunos são as respostas positivas das crianças/dos adolescentes em geral, dos pais, da comunidade e

dos profissionais de educação, que são solidários, buscam e oferecem ajuda o tempo todo, para sanar as dificuldades, inclusive, fora do âmbito escolar, envolvendo especialistas de áreas afins, como pedagogos; psicólogos; psiquiatras; sociólogos e outros.

Todos foram beneficiados, alunos e professores, com o resgate da solidariedade, da democracia em sala de aula e na escola. Estamos quitando uma antiga dívida social, somos professores e alunos em constante formação. Aprendemos e ensinamos todos os dias, no dia em que conseguirmos que todos os alunos, que por algum motivo, foram excluídos no passado, voltem à sala de aula de cabeça erguida, entraremos para a História da Educação desse país, que no momento, tenta acabar com a exclusão e com o preconceito. O Individualismo, enfim, cede lugar ao processo de construção coletiva. Os alunos já compreendem, que juntos, são mais fortes.

As escolas brasileiras estão aprendendo a lidar com a diversidade, que embora seja algo inquestionável no país, por causa da desigualdade social, é um tema que nunca foi trabalhado com seriedade.

Para a inclusão sair do papel, foi necessário realizar mudanças na visão da sociedade, do governo e da comunidade escolar. Implementou-se medidas em nível municipal, estadual e nacional, que segundo Guiomar Namó de Mello resultou em ações de apoio e de subsídios para as escolas, em educação continuada dos professores para conseguir alcançar o desafio de garantir além do acesso, a permanência na escola daqueles que sofrem de exclusão, portadores de necessidades especiais e alunos que estavam fora da escola ou que nunca estiveram nela e propiciar aprendizagens relevantes e de boa qualidade.

A escola brasileira, quando foi criada tinha qualidade, porém era elitista, não era para a massa. Quando incorporou camadas que antes eram excluídas, teve uma perda de qualidade, pois os professores não sabiam como trabalhar com crianças de origem pobre. Entretanto, todos concordam que só é possível construir qualidade de ensino para todos, quando todos os alunos estiverem na escola e com toda a diversidade que eles têm, então, construiremos uma qualidade adequada à maioria. O trabalho tem que ser voltado para cada um, de

acordo com suas necessidades e características para que possam alcançar na diversidade, as competências básicas para se desenvolver.

É fato que a maioria das escolas públicas não se adaptaram à inclusão, em muitas salas de aula, o aluno portador de necessidades especiais é apenas um número, ou apenas mais um entre tantos, que o professor não enxerga.

Esse é o resultado de um sistema de educação ultrapassado e obsoleto, com professores com formação aquém da ideal, cansados pela carga horária extensa, ou porque não gosta de ensinar, mas por falta de dinheiro foi a única faculdade que conseguiu pagar.

É do conhecimento de todos, que profissionais ruins existem em todas as áreas, inclusive na educação. Todavia, quem é educador lida, diariamente, com vidas, com pessoas que serão o futuro do país, que “cuidarão” de seus pais, de seus avós. E como exigir que crianças, malcuidadas, números dispostos em carteiras enfileiradas, sem noção do que são valores éticos e morais cuidem bem de crianças, que sejam bons professores, bons profissionais, futuramente. Provavelmente, esse ser carregará as consequências da exclusão para a vida toda.

O salário do professor é um tópico que não trataremos aqui. O professor, realmente, ganha mal, não é valorizado, mas alguns não merecem ser tratados como professor, pois não agem como educadores. Quando este opta por lecionar em escolas públicas, tem plena consciência do quanto vai ganhar, então o baixo salário não serve como desculpa para não realizar um bom trabalho. E se deseja um salário melhor, vai se especializar, estudar, pesquisar para ser reconhecido e galgar outros níveis e patamares dentro da área da educação. Enfim, lutar pelo que sonha, já que não é reconhecido como um profissional de importância absoluta pelos governantes do país, que se mantém no poder graças à ignorância e má formação do povo.

Nos questionários aplicados a alunos, pais e professores, fica claro o tamanho do problema. Pais e alunos mal conseguem escrever e expressar o que pensam da escola/educação inclusiva. Perguntas básicas ficaram sem respostas. Percebe-se que gostariam que tivesse nas escolas locais, ambientes adaptados como banheiros, rampas de acesso, profissionais acompanhantes,

materiais e aulas diversificadas, de acordo com as necessidades dos alunos, porém, é nítido que o que eles mais querem é serem aceitos pela comunidade escolar, participar dos eventos, das festas. Querem ser notados, não como uma aberração da natureza, mas como pessoas normais, com sentimentos e sonhos. A diversidade é imensa e a simplicidade, também. Muitos pais não sabem nem qual é o problema da criança, como vai saber lutar por seus direitos?

Por outro lado, temos professores que não aceitam a inclusão e por motivos que todos conhecem. Classes lotadas, falta de materiais pedagógicos, alunos de níveis diferentes, falta de tempo para planejar as atividades, não ter formação para esse tipo de atendimento, etc.

As escolas brasileiras estão aprendendo a lidar com a diversidade, que embora, seja algo inquestionável no país, por causa da desigualdade social, é um tema que nunca foi trabalhado com seriedade.

Para a Inclusão sair do papel, foi necessário realizar mudanças na visão da sociedade, do governo e da comunidade escolar. Implementou-se medidas, em nível municipal, estadual e nacional, que segundo Guiomar Namó de Mello, resultou em ações de apoio e de subsídios para as escolas, em educação continuada dos professores para conseguirem alcançar o desafio de garantir além do acesso, a permanência na escola daqueles que sofrem de exclusão, portadores de necessidades especiais e alunos que estavam fora da escola ou que nunca estiveram nela e propiciar aprendizagens relevantes e de boa qualidade.

A escola brasileira quando foi criada tinha qualidade, porém era elitista, não era para a massa. Quando incorporou camadas, que antes eram excluídas, teve uma perda de qualidade, pois os professores não sabiam como trabalhar com crianças de origem pobre. Mas todos concordam que só é possível construir qualidade de ensino para todos, quando todos os alunos estiverem na escola e com toda diversidade que eles têm. Daí, construiremos uma qualidade adequada à maioria. O trabalho tem que ser voltado para cada um, de acordo com suas necessidades e características, para que possam alcançar na diversidade, as competências básicas para se desenvolver.

É fato, que a maioria das escolas públicas não se adaptaram à inclusão, em muitas salas de aula, o aluno portador de necessidades especiais é apenas um número na lista de chamada ou apenas mais um, entre tantos que o professor não enxerga. Esse é o resultado de um sistema de educação ultrapassado e obsoleto, professores com má formação, cansados pela carga horária extensa, ou porque não gosta de ensinar, todavia foi a única profissão que conseguiu seguir, por falta de condições psicológica ou financeira. Afinal, profissionais ruins habitam em todas as áreas, inclusive na educação. Entretanto, quem é educador lida com vidas, diariamente, com pessoas que serão o futuro do país, que “cuidarão” de seus pais, de seus avós, amanhã. E como exigir que crianças mal cuidadas, números dispostos em carteiras enfileiradas, sem noção do que são valores éticos e morais, cuidem bem de uma nação, de velhos e crianças, que sejam bons professores, bons profissionais, futuramente. É provável que esse ser carregue as consequências da exclusão para a vida toda. O salário do professor é um tópico que não trataremos aqui. Quando este opta por lecionar em escolas públicas, tem plena consciência do quanto vai ganhar. Então este mero detalhe não serve como desculpa. E se desejar um salário melhor, vai se especializar, estudar, pesquisar para ser reconhecido e galgar outros níveis e patamares. Enfim, lutar pelo que, já que não é reconhecido como um profissional de importância absoluta pelos governantes do país, que se mantém no poder graças à ignorância e má formação do povo.

Nos questionários aplicados a alunos, pais e professores, fica claro o tamanho do problema. Pais e alunos mal conseguem escrever e expressar o que pensam da escola ou da educação inclusiva. Perguntas básicas ficaram sem respostas. Percebe-se que gostariam que tivesse nas escolas, ambientes adaptados como banheiros, rampas de acesso, profissionais acompanhantes, materiais e aulas diversificadas de acordo com as necessidades dos alunos, porém é nítido que o que eles mais querem é ser aceitos pela comunidade escolar, participar dos eventos, das festas, querem ser notados, não como uma aberração da natureza, mas como pessoas normais, com sentimentos. A diversidade é imensa e a simplicidade, também. Muitos pais não sabem nem qual é o problema da criança. Como vai saber lutar por seus direitos?

Por outro lado, temos professores que não aceitam a inclusão, por motivos que todos conhecem. Classes lotadas, falta de materiais pedagógicos, alunos de níveis diferentes, falta de tempo para planejar as atividades, não têm formação para esse tipo de atendimento, etc.

Todavia, os professores serão expostos, muitas vezes, aos conceitos da LDB, das Diretrizes e dos Parâmetros Curriculares. Essas exposições serão associadas a boas práticas/ experiências, projetos de ensino, trabalhos didáticos diversificados, discussões, análises, intercâmbio, cursos de formação, visitas à escolas modelo, debates e seminários com especialistas em inclusão. Enfim, o processo de disseminação da reforma na educação terá que ser intenso e constante. A escola pública de qualidade faz-se necessária e urgente.

[...]. No início dos anos 1990, a educação para os direitos humanos foi apresentada pelas Nações Unidas como um elemento essencial para a paz, tolerância e compreensão mútua entre comunidades. De maneira mais ampla, a meta é estabelecer uma cultura na qual os Direitos Humanos sejam compreendidos, defendidos e respeitados... O principal desafio da Educação para os Direitos Humanos é ser aceita e compreendida como um elemento fundamental para o desenvolvimento escolar.... Ser obrigatória no sistema educacional e entendida como um assunto tão importante a ser ensinado quanto à matemática. (BUMBACHER, s/d)

O quadro normativo e pedagógico para enfrentar esse desafio qualitativo da educação está pronto. Foi desenvolvido sob a visão de um ensino que enfrenta a diversidade e precisa estar pronto para conviver com ela, e não apenas suportá-la. As editoras e outras mídias fecharam com o MEC, buscando editar seus produtos, de acordo com as orientações. Com essa iniciativa, os professores, a cada dia, terão mais materiais para planejar e executar o trabalho.

O contexto da escola pública é complexo e atinge todos os ângulos dela, pois vem recebendo muitas informações e propostas novas, num ritmo alucinante. Tenta assimilar as inovações, embora se encontre perdida com tanta variedade e quantidade. Tem dificuldade em relacioná-las, integrá-las em seu propósito e aplicá-las nessa escola que deixou de ser universalizada, recentemente. Uma atitude apolítica do atual governo, através da PEC 55 que

fora aprovada pelo senado brasileiro e visa medidas como deixar de investir na saúde e na educação por vinte anos. Essa ação marca um retrocesso na história do Brasil.

Enfim, a Política Educacional e a prática da sala de aula estão em descompasso entre as propostas e recomendações da sala de aula, totalmente, normal em um processo de reforma educacional e no Brasil esse descompasso será mais profundo, graças à debilidade técnica de nossos professores, da rapidez das mudanças e do crescimento quantitativo.

A escola tem que administrar as diferenças, buscar atender a cada aluno, naquilo que ele necessita em termos de aprendizagem para que ele possa evoluir no que é capaz de fazer. O professor tem que cuidar, dar atenção e tomar conta para combater a segregação, e instigar a cultura da paz entre os alunos. É um compromisso da pedagogia das diferenças, construtivista que busca a riqueza da diversidade e o diálogo com todos. Ainda não conseguimos vencer esse desafio, mas são transformações almejadas para o século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Editora Mediação, 2010, 7ª Edição

CARNIEL, Fagner. FEITOSA, Samara. A Sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas. Base Editorial, 1ª edição, 2012 – Curitiba.

CARTWRIGHT,

Corinna. WIND-COWIE, Sarah. Trabalhando com necessidades múltiplas. Editora

Galpão, 2ª edição, 2010 - SP

COLL,

César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús e colaboradores. DESENVOLVIMENTO

PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO – Vol. 3 – 2ª Edição, Porto Alegre – RS, ARTMED 2004.

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania um Projeto em Construção. Claro enigma editora, 1ª edição, 2012, SP

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva – contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.

TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia da Educação. Sociologia da Educação. Editora Atual, 1997 – SP, 4ª reimpressão

SITE

[http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-as-acoes-da-educacao-para-atender-alunos-com-deficiencia.](http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-as-acoes-da-educacao-para-atender-alunos-com-deficiencia)

REVISTAS

Revista Nova Escola, Ano XVIII. Setembro de 2003.

Revista Pátio, Ano X, maio/julho de 2006 Art. O desafio de atender a todos na sala de aula de Beatriz Vargas Dorneles.

Revista Pátio, Ano V, março/maio 2013, número 16. Artigo PSI A escolarização de jovens com autismo de Vasques, Carla K.

Revista Pedagógica Pátio, Ano VIII, nº 32 Novembro 2004/Janeiro 2005, ARTMED Editora S.A.

Revista Integração, Ano VIII, nº 20, Ano 1998 Ministério da Educação e do desporto/Secretaria de Educação Especial.

FONTES DOCUMENTAIS

-BRASIL. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96** que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

-Decreto Federal 3298/1999.

-Decreto Federal 5296/2004.

-Instrução CGEB 14/01/2015.

-UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education. Spain, 1994.

-Convenção da Guatemala, promulgado por Decreto em 2001

-RESOLUÇÃO SE 61, de 11-11-2014 que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. D.O.E. – Executivo I – 12-11-2014 – página 34